

IMPLICAÇÕES DO *METHODENSTREIT* PARA ALÉM DA ECONOMIA POLÍTICA: O CASO DA SOCIOLOGIA MODERNA

Implications of *Methodenstreit* beyond political economy: the case of modern sociology

Ian Coelho de Souza Almeida¹

Resumo

Esse artigo busca apresentar como a disputa de métodos entre Menger e Schmoller no fim do século XIX pode ter influenciado aspectos das ciências sociais para além da economia política. Tendo como foco a sociologia, que nesse mesmo período iniciava seu caminho para o que se consolidaria como sociologia moderna, trazemos aspectos das obras desses autores, e de outros que compõe o contexto dessa disputa, para esclarecer suas perspectivas com relação às ciências sociais como um todo e para demonstrar como a superação do método histórico (especialmente o radical de Schmoller) foi ponto importante para o surgimento da sociologia moderna.

Palavras-chave: Sociologia moderna; Economia política; Metodologia; Ciências Sociais.

Abstract

This paper seeks to present how the dispute over methods between Menger and Schmoller at the end of the 19th century may have influenced aspects of social sciences beyond political economy. Focusing on sociology, which at the that time began its path towards what would become known as modern sociology, we put forward aspects of the works of these authors, and others that make up the context of this dispute, to clarify their perspectives in relation to social sciences as a whole and to demonstrate how the overcoming of the historical method (especially Schmoller's radical method) was an important milestone in the emergence of modern sociology.

Keywords: Modern sociology; Political economy; Methodology; Social Sciences.

Introdução

A virada do século XIX para o XX foi um momento chave para a conformação do que compreendemos hoje como o campo de estudo da sociologia. Na Alemanha, esse é o período em que Helmut Plessner (2003, p. 198) denomina de “emancipação da sociologia”, com o abandono da sociologia evolucionária pré-científica e a “busca sistemática por formas sociais enquanto sistemas funcionais sociais”.

¹ Doutor em Economia pelo Cedeplar/UFMG. E-mail: iancsalmeida@gmail.com

No período em questão, a ideia de se construir uma sociologia científica, uma disciplina autônoma, passava pela superação dos aspectos metafísicos da obra daquele que cunhou o termo Auguste Comte. Sua filosofia positiva teve muita influência na Alemanha, sendo continuada pela disseminação de escritos de autores como Herbert Spencer, Robert von Mohl e Albert Schäffle. Ainda assim, o próprio uso do termo “sociologia” era visto com desconfiança por diversos autores. Max Weber, por exemplo, só reconhece suas obras como parte do campo da sociologia por volta de 1909, quando da criação *Deutsche Gesellschaft für Soziologie* (DGS - Associação Alemã para a Sociologia) (KÄSLER, 1988, p. 15) e só apoia a criação de uma cadeira para a disciplina em 1918² (LEPSIUS, 2011).

Esse processo de cientificização, disciplinarização e institucionalização da sociologia ocorreu em meio a uma série de disputas que são de nosso interesse aqui, dentre elas: a independência e cientificidade das ciências sociais e humanas frente às ciências naturais (algo que envolve a crise do historicismo e a própria cientificidade da história) e o método correto das ciências sociais (que tinha como palco principal de suas disputas epistemológicas e metodológicas a Economia Política, especialmente o *Verein für Socialpolitik* (VfSP – Associação para a Economia Política)).

Tendo isso como ponto de partida, planejamos jogar luz neste artigo sobre os aspectos do principal debate metodológico para as ciências sociais da virada do século XX na Alemanha, o *Methodenstreit* entre Carl Menger e Gustav Schmoller, que dizem respeito à possibilidade e necessidade de uma nova disciplina para o estudo da realidade social. Ou seja, como as diferentes percepções do objetivo e escopo da economia política demandavam ou não uma nova disciplina para a análise da realidade social. Menger e Schmoller não discutiram apenas sobre a validade dos métodos indutivo e dedutivo para a economia política. Sua discussão sobre os limites analíticos da economia política diz respeito à necessidade de disciplinarização ou não das ciências

² Duas das quatro primeiras cadeiras (todas iniciadas em 1919) ao menos parcialmente dedicadas à sociologia foram ocupadas por professores deste instituto na Universidade de Colônia: “Ciências do Estado e Sociologia”, de Leopold von Wiese, e “Filosofia e Sociologia”, de Max Scheler (1874-1928). Até o fim da República de Weimar, em 1933, outros 5 institutos dedicados à sociologia foram fundados. (KÄSLER, 1984)

sociais, e demonstram a relevância da queda do historicismo na economia política foi fator relevante para o surgimento da sociologia científica.

Para além dessa introdução, o artigo está dividido nas seguintes seções: iniciamos com uma discussão a respeito do significado do termo “sociologia” hoje em comparação com aquilo que se entendia na virada do século, ou seja, uma diferenciação entre a sociologia comteana e a sociologia moderna. Posteriormente trazemos uma visão geral de como evoluíram as ideias de escopo das disciplinas de sociologia e economia ao longo do tempo, buscando reforçar a relevância dessas definições para a construção do conhecimento científico. A partir daí, adentrando mais especificamente no tema central, contextualizamos a disputa do *Methodenstreit* a partir da obra de Wilhelm Dilthey, nos possibilitando demonstrar como o debate estava embebido em uma questão maior de cientificidade das ciências sociais. Com isso será possível, na quinta seção, apontar os aspectos das obras de Menger e Schmoller durante *Methodenstreit* que abordam o tema do escopo da disciplina da economia e como ela se encaixa em uma visão mais ampla de ciências sociais. Por fim, concluímos.

Qual sociologia?

O momento de surgimento da sociologia não é algo sem disputa na literatura. Aspectos da busca de conhecimento sociológico podem ser observados nos mais diversos autores, inclusive dentre aqueles de períodos muito distantes, como os primeiros filósofos gregos. Esse é o caso da comparação feita por Moulin-Stozek (2019), que vê relações da obra de Aristóteles com a microssociologia, ou por Ober (1993), que busca entender a Polis de Aristóteles enquanto uma comunidade. No entanto, por mais que alguns identifiquem esses e outros autores como sociólogos, isso se dá em um sentido fraco, normalmente delimitando aspectos de seus trabalhos. Sociólogos no sentido que usamos costumam ser identificados no século XIX, principalmente a partir do primeiro emprego da palavra “sociologia”, feita por Comte no início da década de 1840.

Enquanto a posição de Comte como criador do termo “sociologia” não admite disputa, o mesmo não ocorre com seu reconhecimento como fundador

da disciplina. Sua obra buscava uma filosofia positiva, a ser contrastada com os desenvolvimentos metafísicos e teleológicos que persistiam no pensamento filosófico de seu tempo, e estabelecia a sociologia enquanto o estudo da sociedade em todos seus aspectos. Sobre seu sucesso na criação dessa nova disciplina, o economista político britânico John Stuart Mill escreveu:

“[...] Ele não fez nada pela sociologia que não seja necessário ser feito. [...]. Se não se pode dizer que Comte criou uma ciência, pode-se dizer que ele, pela primeira vez, tornou possível sua criação. Isso é uma grande Conquista, e, com o extraordinário mérito de sua análise histórica e de sua filosofia das ciências físicas, é suficiente para imortalizar seu nome.” (MILL, 1865, p.124)

A implicação da posição de Mill, ao dizer que Comte não foi o criador da sociologia, é, no sentido que usamos hoje, de ele não ser o criador das ciências sociais como um todo, dada a amplitude do escopo que sua sociologia abrangia. Inclusive, nesse sentido, como lembra Swedberg (1990, p. 10), Comte também acusava a economia política do período de ser uma disciplina metafísica e estéril em seus resultados. A análise da realidade social que sua sociologia, incluía a economia política, que deveria obedecer a seu método.

Dentro de filosofia positiva de Comte, havia uma ordenação das ciências, que também apresentava caráter de evolução do pensamento, onde a sociologia seria a última a ser desenvolvida e que coordenaria todas as demais, não havendo distinção entre o conhecimento buscado nos campos das ciências sociais e naturais (BOURDEAU, 2018). Esse será um ponto importante para compreender o distanciamento que diversos autores do fim do século XIX buscarão de Comte. Apesar de dar passos importantes para o surgimento das ciências sociais, ele a via como uma disciplina holística e intrinsecamente ligada às ciências naturais, o modelo de ciência correto.

A grande distinção entre a ideia comteana e os desenvolvimentos modernos da sociologia torna dúbio seu reconhecimento enquanto pai da disciplina. Muitas vezes o que se prefere é estabelecer os fundadores como aqueles cujos esforços levaram mais diretamente ao reconhecimento da cientificidade e institucionalização da sociologia. Enquanto alguns intérpretes, como Cockerham (2013) e Turner, Beeghley e Powers (2012),

apresentam Comte como fundador da disciplina, a obra de Boudon, Cherkaoui e Alexander (1997) o coloca ao lado de Hobbes, Locke, Montesquieu e outros no processo de formação do pensamento sociológico. São autores do período que abordamos aqui, como Max Weber, Wilhelm Dilthey, Émile Durkheim e Georg Simmel, que entram na classificação de clássicos da sociologia. Do mesmo modo o faz Aron (2010 [1965]), que trata do pensamento sociológico desde Montesquieu, Comte e outros, mas os classifica como pré-sociólogos.

É importante pontuar também, apesar de não se objeto central desse artigo, a relevância dos fatores sociais no impulsionamento para o surgimento desse campo independente de estudo da sociedade. Os autores de uma primeira versão da sociologia estão também ligados à emergência desse campo de conhecimento devido a suas obras serem vistas como respostas às demandas impostas por grandes marcos das relações sociais, especialmente a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (BOCK, 2006; DAHRENDORF, 2006; NISBET, 1943), posteriormente à primavera dos povos (LICHTBLAU, 2017), ou como busca uma resposta à “crise da sociedade” de modo amplo (REPPLINGER, 1999, p. 20). Essa ligação também pode ser vista em sentido contrário, onde o não desenvolvimento da disciplina corresponderia a uma falta de necessidade histórica. Isso pode ser observado quando Mikl-horke (1999) afirma que o desenvolvimento tardio da sociologia na Áustria se deve em muito à falta de continuidade no processo de derrubada da aristocracia. Segundo a autora, a disciplina teve que ser desenvolvida enquanto se escondia do governo imperial, que retomou o poder na figura do príncipe de Schwarzenberg. A falta de um processo social revolucionário condiz com a falta do desenvolvimento de um novo modo de pensar a sociedade.

Por outro lado, quando tratamos aqui da emergência da sociologia no final do século XIX, buscamos enfatizar sua aceitação enquanto uma ciência e sua institucionalização no círculo acadêmico. Nesse sentido, as obras de autores como Weber e Simmel, na Alemanha, são centrais neste processo, especialmente Simmel, que teve papel mais ativo em sua institucionalização. Além deles, outros autores tem papel muito relevante, como Leopold von Wiese e Max Scheler, que, assim como Durkheim o fez na França, ocuparam as primeiras cadeiras de sociologia na Alemanha (KÄSLER, 1984). No entanto, a

diferença não se limita a escopo, mas também ao correto método para as ciências sociais como um todo, e especificamente a sociologia.

A sociologia de Comte, que em seus trabalhos iniciais era nomeada “física social”, é a disciplina mais complexa de sua filosofia positiva, dependente do conhecimento gerado por todas as outras ciências, mas especialmente pela biologia. Como mostra Iggers (1959), Comte utilizara o termo “física social” para fazer distinção à ideia de “ciência social” encontrada em Saint-Simon, que estava mais perto da ideia de política. Física social era a “ciência ocupada com fenômenos sociais a partir da mesma perspectiva que fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos; o que significa estarem sujeitos a leis naturais e invariáveis, as quais são o objeto especial de sua análise” (COMTE, 1825-26 *apud* IGGERS, 1959, p. 434). Sendo assim, fica claro que as ciências sociais, nesse momento sob a alcunha de sociologia, são dependentes das ciências naturais e não conseguem se estabelecer como ciência de forma independente.

O que é relevante aqui é compreender que, além da crítica existente ao método comteano, a busca, no final do século XIX, de muitos autores por se distanciar do autor francês também está ligada a essa visão holística de sua sociologia, que, como já apontado, seria a busca por analisar toda a realidade social a partir de sua filosofia positiva. Ou seja, sua sociologia pode ser entendida hoje como equivalente às ciências sociais, enquanto a sociologia que irá vigorar é aquela que é capaz de eleger um objeto dentro desse campo de estudo. Algo que na Alemanha tem seu momento crucial de formação na virada do século XIX para o XX.

Ainda que possa ser feita essa distinção, a influência de Comte na Alemanha do período que estudamos não é pequena. As primeiras aulas com o tópico “sociologia” foram proferidas já em 1875 por autores influenciados por Comte e Herbert Spencer na Universidade de Heidelberg: Hans Scherrer e Otto Caspari (KRUSE, 1990). No campo mais restrito da economia política, será possível observar sua influência sobre a Escola Histórica Alemã de Economia (EHAE), especialmente Gustav Schmoller. O líder da segunda geração demonstrará uma visão holística de economia política, sendo acusado por seus pares de buscar analisar toda a realidade social a partir de seu

método histórico. Essa perspectiva é contrastada com a de autores que buscam a disciplinarização e especialização científica, algo que já pode ser observado nos argumentos de Menger durante o *Methodenstreit* e nos autores que continuam a controvérsia.

Os escopos de Sociologia e Economia

Desde o surgimento da sociologia enquanto uma disciplina independente, ocorrido no período aqui abordado, sua relação com o estudo da economia variou significativamente, muito graças às mudanças no escopo e no método de ambas. Diversas definições da disciplina tiveram significativo impacto em como a economia é entendida, como as de Adam Smith³, Alfred Marshall⁴ e Lionel Robbins⁵. Outros, como Gustav Schmoller e Carl Menger, também buscavam delimitar o domínio da disciplina, mas não foram tão influentes quanto as definições anteriormente citadas. Ainda assim, causaram impacto na disciplina de seu tempo.

Mesmo com várias modificações até o momento em que a definição de Robbins ganhou significativo espaço na mente dos economistas, pode-se dizer sem ressalvas que a economia sempre possuiu uma melhor definição de seu objeto de estudo do que a sociologia. Desde seus primórdios, definir o que é a sociologia é uma questão altamente conflituosa. No momento em que a sociologia ainda era vista por alguns como o estudo dos problemas sociais em geral, Ira W. Horwerth (1895, p. 17), nos Estados Unidos, escreveu: “se alguém espera encontrar no presente pensamento sociológico uma concepção definitiva da natureza e função da ciência da sociologia, ficará desapontado”.

³ “Political oconomy, considered as a branch of the science of a statesman or legislator, proposes two distinct objects; first, to provide a plentiful revenue or subsistence for the people, or more properly to enable them to provide such a revenue or subsistence for themselves; and secondly, to supply the state or commonwealth with a revenue sufficient for the public services. It proposes to enrich both the people and the sovereign (Smith, 1981 [1776], p.428)

⁴ “Political Economy or Economics is a study of mankind in the ordinary business of life; it examines that part of individual and social action which is most closely connected with the attainment and with the use of the material requisites of wellbeing. Thus it is on the one side a study of wealth; and on the other, and more important side, a part of the study of man.” (Marshall, 2013 [1890], p.1). Sendo que o estudo do homem está limitado à sua expressão monetária; “the steadiest motive to ordinary business work is the desire for the pay which is the material reward of work. The pay may be on its way to be spent selfishly or unselfishly, for noble or base ends; and here the variety of human nature comes into play. But the motive is supplied by a definite amount of money: and it is this definite and exact money measurement of the steadiest motives in business life, which has enabled economics far to outrun every other branch of the study of man.” (*Ibidem*, p. 12)

⁵ “Economia é a ciência que estuda o comportamento humano enquanto uma relação entre fins e meios escassos que possuem usos alternativos” (ROBBINS, 1932, p.15).

O autor comparou o estado da disciplina infante com o período inicial de outras já estabelecidas, como física e química, argumentando que aquele estado de confusão era um reflexo de seu período de amadurecimento. Obviamente a sociologia evoluiu significativamente e, normalmente, não mais se duvida de seu caráter científico e seu lugar enquanto parte das ciências sociais. Bannister (2008) argumenta que isto se deu porque a sociologia teve a peculiaridade de, quando surgia, não buscar delimitar um objeto de estudo exclusivamente seu (como a economia política buscaria explicar a economia, mesmo que se discordasse sobre o que tal conceito necessariamente engloba). Essa característica foi mantida ao longo dos anos, e, contemporaneamente, autores como Bögenhold (2014, p. 8) afirmam que a sociologia carece de unidade, sendo mais uma “colcha de retalhos de conhecimento” com um “universo de discurso” que traz certa coerência.

Essa falta de definição não é necessariamente vista como um problema. Para Dahrendorf (1974, p. 43-44), por exemplo, a sociologia é definida por uma multiplicidade de métodos a serem aplicados de acordo com o problema observado, e nem ela nem qualquer outra disciplina tem realmente um objeto sistematicamente delineável. Isso é também um efeito do caráter dinâmico dos fenômenos, continua Dahrendorf, o que não implica na obsolescência de uma busca por definição. O objeto da disciplina não seria algo estático, mas algo que surge do acordo entre os praticantes da disciplina. Ademais, se há proximidade na definição da disciplina entre os seus praticantes, têm-se uma disciplina, caso contrário paira no ar a dúvida de sua existência, sua cientificidade. Sendo assim, um dos problemas de se estabelecer a sociologia enquanto disciplina poderia ser a inexistência de um acordo mínimo entre seus participantes a respeito do que compõe seu escopo.

O período sob estudo aqui é caracterizado exatamente pela dificuldade e mínimo consenso em relação ao objetivo sobre o qual a sociologia deveria se ocupar, assim como sobre seu método. Ao mesmo tempo, na economia política (e outras disciplinas) alemã prevalecia a perspectiva da escola histórica, onde alguns de seus membros tinham posições sobre o escopo da disciplina considerados demasiadamente holísticos para autores liberais como Menger. Sendo assim, nesse momento já é possível observar pontos análogos a uma

questão contemporânea que ganhou grande espaço desde a década de 1980, o “imperialismo econômico”.

Backhouse e Medema (2009) mostram como a definição da economia dada por Lionel Robbins foi a base para o entendimento do escopo da teoria econômica enquanto um problema de escolha racional (ou maximização restrita). Esse cenário abriu caminho para tratar como problemas econômicos questões que anteriormente eram tratadas dentro de outras disciplinas das ciências sociais, ou seja, uma sobreposição de objetos de estudo que caracterizou esse imperialismo econômico⁶.

Ademais, uma das questões apontadas por Mäki (2009), e também por Backhouse e Medema, que mais nos interessa é o modo como o core dos praticantes da disciplina adotou a definição de Robbins, modificando de fato o escopo da disciplina ao longo do século XX. Isso vai ao encontro da centralidade que damos para o modo como cada autor define a disciplina a ser estudada em busca de moldar o campo intelectual. A particularidade desse período que estudamos é como a definição da economia política reverbera diretamente em todo o campo das ciências sociais. Essa noção permeia nosso trabalho: o modo de se pensar uma disciplina da sociologia está ligado ao modo de se pensar a economia política. São as discussões do *Methodenstreit* que influenciam e serão parte da base da crítica daqueles que serão os atores do estabelecimento da disciplina da sociologia.

A busca pela cientificidade das ciências sociais como contexto para o *Methodenstreit*: a contribuição de Wilhelm Dilthey

Antes de trazer a perspectiva de Menger e Schmoller sobre as ciências sociais e o escopo da economia política, e compreendendo que a relevância da Escola Histórica não se limitava ao campo da economia política, nos é útil comentar brevemente a obra de Wilhelm Dilthey, autor de grande influência sobre Schmoller e a EHAE.

⁶ Essa sobreposição (imperialista) pode ser vista também no sentido sociologia-economia, apesar de menos organizado e significativo em relação ao conjunto da disciplina sociológica, como nos lembra Serban (2008). O autor aponta principalmente para as teorias da “sociologia da escolha racional” e da “nova sociologia econômica”. A sociologia da escolha racional, capitaneada por James Coleman, vê a economia como um ramo da sociologia e, ao contrário da escolha racional como vista por economistas, inclui conceitos de norma, poder, interesse e controle. Já na nova sociologia econômica temos, por exemplo, o imperialismo sociológico contido em estudos recentes sobre a emergência de mercados (ROJAS, 2006)

Dilthey nasceu na cidade de Wiesbaden, próxima a Frankfurt am Main. O filósofo alemão iniciou seus estudos em teologia nas universidades de Heidelberg e Berlin. Nesta, transferiu seu curso para filosofia, onde também se tornou doutor na área, em 1864. Lecionou nas universidades de Basel, Kiel e Breslau antes de ingressar como docente na Universidade de Berlim em 1882, mesmo ano em que Schmoller se juntara à instituição (BOLLNOW, 2018).

Em sua obra de 1883, “Introdução às Ciências Humanas”, Dilthey busca, entre outras coisas, justificar a independência das humanidades em relação às ciências naturais. Essa tarefa ele já iniciara em 1865, em seu “Princípios de Lógica do Sistema da Ciência Filosófica” (*Grundriß der Logik und des Systems der philosophischen Wissenschaften*). Isso significa que há a intenção de que a cientificidade de um grupo de ciências das humanidades (e isso inclui tanto disciplinas que hoje compreendemos como ciências humanas e sociais) não dependa daquilo desenvolvido dentro das ciências naturais, rejeitando a filosofia positiva de Comte. Nas palavras de Salley (1993/1994), o que Dilthey busca é uma justificativa epistemológica para a tradição histórica alemã nos campos da jurisprudência, história e política social. Isso porque, para Dilthey o conhecimento social é conhecimento histórico e justificar o que ele chama de *Geisteswissenschaften* é demonstrar a necessidade do método histórico.

A diferenciação das ciências feita por Dilthey é de caráter epistemológico. Em resumo, existem dois tipos de experiência, a completamente externa ao sujeito, que caracteriza os fenômenos das ciências naturais, e as experiências internas, onde o próprio sujeito deve ser tomado em consideração na análise do objeto, característica dos fenômenos sociais. A primeira está ligada a um método de explicação (*Erklärung*), enquanto a segunda a um de compreensão (*Verstehen*). Como mostram Šuber (2002) e Lucácks (1981), essa proposta de Dilthey faz parte de sua filosofia da vida (*Lebensphilosophie*) e é, para esses autores, o ponto inicial da sociologia moderna da virada do século na Alemanha. A influência kantiana – algo que, no entanto, não insere Dilthey dentro do movimento neokantiano – pode ser observada no entendimento de sua perspectiva enquanto uma “crítica da

razão histórica” que busca uma defesa científica para as humanidades, da mesma forma como Kant o fez para as ciências matemáticas naturais em sua *Crítica da Razão Pura* (LESSING, 1984).

Tendo estabelecido que o modo de experimentar a verdade das ciências humanas e sociais é distinto, Dilthey aprofunda no modo de acessar essa verdade. Nesse ponto sua ideia se distancia ainda mais da sociologia de Comte, dado que considera que a complexidade da realidade sócio-histórica, objeto dessa ciência, impede uma análise a partir de um esforço único onde uma única disciplina lidaria com todos os aspectos e construiria o conhecimento sobre essa realidade (DILTHEY, 1989 [1883], p. 58). Isso levou à primeira esquematização da organização interna das ciências sociais, aspecto que também contribuiu para o surgimento de disciplinas como a sociologia em sentido contemporâneo (LESSING, 1984).

“Sempre que uma esfera distinta de influências sociais foi formada e essa esfera apresentou um grupo de fatos aos quais a atividade individual era dirigida, as condições para o surgimento de uma teoria estavam presentes” (DILTHEY, 1989 [1883], p. 90).

Ou seja, além da diferenciação epistemológica, a própria ideia de divisão do conhecimento dentro do campo das *Geisteswissenschaften* se fará presente na obra do autor. Lepenies (1992, p. 239) nos mostra que entre 1904 e 1906, quando Dilthey busca reescrever sua *Introdução*, ele continuará criticando a ideia de sociologia presente em Comte e Spencer mas aprovará as ideias que estão em desenvolvimento por Georg Simmel, mostrando que ele não seria contrário a toda perspectiva de estudo que o autor nomeou “sociologia”. O ponto central em Simmel para Dilthey, que busca a independência científica da disciplina da sociologia, era o lugar central para a “vida psicológica”.

Por fim, a respeito da originalidade do pensamento de Dilthey, é interessante apontar que a oposição entre as duas ciências não era algo realmente inovador: sua contribuição gira em torno da construção de uma justificativa para essa oposição. A lista de autores que opuseram as ciências não é curta. Wilhelm Roscher, por exemplo, destacado autor da primeira geração da EHAE, como lembra Karl Milford (1995), já buscava diferenciar os métodos das ciências naturais daqueles da história e das ciências sociais, ao

mesmo tempo em que entende que o verdadeiro método científico é o método indutivo.

Com o apresentado, é possível observar com maior facilidade como aquilo que ficou conhecido como o grande debate metodológico da economia política está, na verdade, embebido em uma disputa maior sobre cientificidade, independência e disciplinarização das ciências sociais, e que terá influência sobre os rumos das demais disciplinas dessa ciência, como a sociologia.

Escopo das ciências sociais e da economia política durante o *Methodenstreit*

O *Methodenstreit* foi iniciado pelo precursor da Escola Austríaca de Economia Carl Menger em 1883, data da publicação de suas Investigações sobre o método das ciências sociais com especial referência à Economia Política (*Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaft, und der Politischen Oekonomie insbesondere*). Terceiro de dez filhos, Menger nasceu em Neusandez (Império Austro-Húngaro) – cidade hoje localizada no território polonês sob o nome de Nowy Sacz. Ele cursou direito nas universidades de Viena (1859) e Praga (1860 a 1863) e posteriormente obteve seu doutorado pela Universidade da Cracóvia em 1867. Para conseguir sua *Habilitation* (um grau que permite lecionar) pela Faculdade de Direito da Universidade de Viena, submeteu a obra Princípios de Economia Política (*Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*), seu *magnum opus*, publicado em 1871. Nessa mesma universidade se tornou professor da cadeira de economia política da Faculdade de Direito e Ciência Política (MILFORD, 2012).

Naquele momento, a EHAE exercia grande domínio na academia alemã, principalmente a partir da década 1870, com a criação da VfSP e a consolidação do chamado Sistema Althoff⁷. Em seu *Investigações*, Menger (1985 [1883]) construiu uma elaborada crítica ao método histórico defendido

⁷ Friedrich Althoff, amigo próximo de Schmoller, foi um importante membro do Ministério da Educação da região da Prússia. Ele exerceu grande influência na formulação do sistema educacional alemão entre 1882 e 1907. Esse foi um período de larga expansão do ensino superior, inclusive com a inclusão de mulheres, judeus e outras minorias segregadas. Nesse contexto a EHAE expandiu significativamente seu domínio na academia, seja através da indicação de docentes ou pelo financiamento de seus grandes projetos empíricos (Backhaus, 1993). Ademais, o *Verein für Sozialpolitik* já exercia grande influência na sociedade. Gorges (1980, p. 302), por exemplo, fala sobre como autores da época criticavam o viés gerado na opinião pública. Para mais detalhes sobre o sistema Althoff e a evolução da estrutura acadêmica na Alemanha, veja Spinner (1993).

pelos autores da EHAÉ e apontou um caminho que via como o modo correto para o desenvolvimento de uma teoria da economia política. Nessa defesa de seu método, ele também criticou outras linhas de pensamento, como alguns aspectos da teoria desenvolvida na Inglaterra (e.g. J. Stuart Mill) e França (e.g. Jean Baptiste Say), mesmo que não com a mesma intensidade.

Considerando o que foi dito sobre Dilthey, apresentaremos o *Methodenstreit* como uma disputa sobre o que deveria ser a disciplina da economia, qual seu objetivo e seu objeto de estudo; algo conectado também ao que se assume como o papel e a justificativa científica de uma ciência não-natural. Em resumo, Menger não buscará uma distinção epistemológica entre as ciências naturais e da humanidade, mas diferenciará epistemologicamente o conhecimento histórico do teórico (dentro da diferenciação formal das disciplinas), o que por sua vez representará desafio à ideia do método histórico. O trabalho onde aborda isso em mais detalhe é seu *Gründzuge einer Klassifikation der Wirtschaftswissenschaften* (Características Fundamentais de uma classificação das Ciências Econômicas), de 1889. Ainda assim, sua preocupação não é o detalhamento do campo de conhecimento das humanidades, mas sim a forma como todas as suas disciplinas devem conseguir separar entre o conhecimento geral (teórico) do concreto (histórico/estatístico).

Como apontado, Menger entende a diferenciação entre as ciências naturais e as humanidades (a qual denomina *Menschheitswissenschaften*) desligada de diferenciações epistemológicas, sendo essa diferenciação, em verdade, orientada pela natureza dos objetos de pesquisa, “segundo as diferentes áreas do mundo real para a qual a busca pelo conhecimento científico é voltada” (MENGER, 1889, p. 3). Já diferenciação epistemológica, “as diferentes direções da busca científica do conhecimento, as diferentes formas de olhar o mundo real” (*Ibidem*), é uma diferenciação de segunda ordem, responsável pela divisão entre geral e concreto indicada acima. Todas as ciências dentro das ciências naturais ou sociais, segundo Menger, contêm a análise histórica e estatística (análise do concreto) enquanto algo epistemologicamente diferente da análise teórica e morfológica (análise do

geral)⁸. Essas últimas são as partes da divisão do trabalho científico responsáveis pela análise da realidade, daquilo “que é” e do “como veio a ser”. Ainda existem, no entanto, as ciências práticas, responsáveis pelo “deve ser”, a parte normativa (a qual ele considerava não científica). Boa parte de sua crítica à EHAE durante o *Methodenstreit* gira em torno do não respeito a essas delimitações; a partir da perspectiva histórica, com a utilização do mesmo método e mesma análise, poder-se-ia obter teoria e prática.

Dentro destas ciências da humanidade, Menger vê ciências como jurisprudência (*Rechtswissenschaften*), ciências do estado (*Staatswissenschaften*), ciências econômicas (*Wirtschaftswissenschaften*), ciências da sociedade⁹ (*Gesellschaftswissenschaften*) dentre outras, as quais também são distinguidas por razão de seu objeto de pesquisa.

Uma questão relevante para nós é que o termo ciências da sociedade (*Gesellschaftswissenschaften*) seriam comumente utilizadas enquanto uma tradição na Alemanha encontrada nos trabalhos de autores como Albert Schäffle e Robert von Mohl, e não necessariamente dentro de uma divisão das humanidades. Já outros autores contemporâneos a Menger, no entanto, utilizarão a ideia de ciência da sociedade distanciada da perspectiva de Comte, reforçando a separação da ciência do estado e da sociedade, e apontando a economia política parte da última (como é o caso de Heinrich Dietzel (1895)). Isso serve para demonstrar como toda essa questão do estabelecimento de um campo científico das ciências humanas e sociais é de fato infante naquele momento, causando grande disputa por terminologias e definições, que implicam, muitas vezes, aderência a perspectivas epistemológicas e/ou metodológicas diferentes.

⁸ No texto de 1883, obra central para o *Methodenstreit* ainda não existe a ideia de morfologia. Essa seria responsável por um pré-trabalho, algo preparatório para possibilitar o desenvolvimento teórico. Comparativamente, a morfologia seria um correspondente ao papel de formação dos conceitos que a história terá na EHAE. Assim define Menger (1889, p.14) o que é morfologia: “the description of the common structures of different groups of homogeneous phenomena.”

⁹ Nau (1997, p. 118) utiliza ainda o termo ciências sociais (*Sozialwissenschaften*) enquanto algo que unifica ciências econômicas (*Wirtschaftswissenschaften*) e ciências da sociedade (*Gesellschaftswissenschaften*). Esse artifício torna mais simples a interpretação do título de sua obra de 1883, em que trata do método das “ciências sociais e em especial da economia política”, mas não é algo que tenha sido esquematizado diretamente por Menger. A utilização de termos para se referir aos campos de conhecimento e disciplinas nessa época é realmente confuso, com muitos termos sendo utilizados de forma equivalente e com pouco rigor.

Para o *Methodenstreit* isso será um importante pano de fundo, já que a principal crítica de Menger à EHAE é com respeito a sua incapacidade de separar entre aquilo que é conhecimento histórico, teórico e prático dentro da economia política. No que diz respeito à possibilidade de uma disciplina da sociologia, fica claro que o autor busca uma divisão do conhecimento dentro de suas *Menscheitswissenschaften*, o distanciando de uma unidade no campo das ciências sociais a lá Comte, a qual, como veremos, sobrevivia em Schmoller. Isso não implica, no entanto que o autor desenvolveu algo nesse sentido. Haveria a defesa de uma sociologia caso fosse possível identificar um aspecto da realidade para ser seu objeto de estudo, o qual demandaria a análise geral, com a construção de leis, que corresponderiam a sua parte teórica. Não seria um equívoco também afirmar que o caminho para a uma sociologia científica, dentro de seu esquema de pensar as ciências, era o desenvolvimento daquilo que ele nomeou *Gesellschaftswissenschaften*, especialmente seu aspecto teórico, responsável pela busca de leis. Como foi apontado acima, essa delimitação clara de um objeto de estudo (pressuposto para uma nova ciência, na visão de Menger) nunca chegou a ocorrer, e os primeiros autores da sociologia científica não chegaram a buscar leis dos fenômenos no sentido defendido pelo autor. Ainda assim, será possível observar como essa perspectiva contrastou com a ideia de ciência de Schmoller, o que acabou colocando Menger mais próximo, nesse aspecto, aos autores que são considerados pais da sociologia na Alemanha¹⁰.

A principal obra de Schmoller, a *Introdução à Economia Política Geral (Grundriß der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre)* só viria a ser publicada muitos anos depois, em 1900, mas na época do *Methodenstreit* ele já era um autor de grande importância e reconhecimento, principalmente por suas monografias históricas. Essa característica de organização e evolução de seu trabalho acadêmico está ligada a sua metodologia à querela metodológica: dado que ele via o trabalho histórico como pré-requisito para o desenvolvimento teórico (ponto central de seu método histórico), não haveria

¹⁰ Weber, por exemplo, pode ser considerado como um dos oferecedores de uma terceira via ao *Methodenstreit*, onde busca reavaliar o conhecimento histórico construído pela EHAE sem recorrer à busca por leis no sentido de Menger. Ainda assim, ficará claro como o autor se distancia das influências comteanas de Schmoller, de quem foi grande crítico (HENNIS, 1991).

como lançar, assim como fez Menger, uma grande obra econômica até que houvesse assimilado uma quantidade satisfatória de conhecimento histórico, organizados inicialmente nas citadas monografias.

Apesar de nem sempre apontado na literatura sobre o tema, a crítica de Menger foi dirigida aos fundadores da EHA, e não diretamente a Schmoller, que veio em defesa de Wilhelm Roscher, Karl Knies e outros, ao mesmo tempo em que criticava esses autores e apresentava sua própria versão do método histórico (SCHMOLLER, 1883). Após essa réplica, Menger (1884) respondeu, sem, no entanto, adicionar muitos novos argumentos, mas aumentando a virulência dos ataques. Por fim, Schmoller (1986a [1884]) se recusa a dar continuidade ao debate. As discussões são continuadas por partidários dos dois autores, como Eugen Böhm-Bawerk e Lujo Brentano, e por autores que buscam realizar uma síntese do debate, caso de Heinrich Dietzel e Max Weber.

Schmoller (1893) apresenta mais detalhadamente sua versão do método histórico, o qual busca, através da observação da realidade histórica, trazer à tona as regras que dominam a vida econômica e social, as quais são inseparáveis de questões morais, de costume e do direito (negando a ideia mengeriana de isolar os fenômenos econômicos para criar uma disciplina especializada a partir de um pedaço da realidade social). É o aprofundamento dessa perspectiva de unicidade na análise dos fenômenos sociais que fará com que seus contemporâneos indiquem que Schmoller buscava algo equivalente à sociologia comteana. Para Wagner (1886, p. 198, nr. 1), o que Schmoller buscava era uma ciência que abordasse todas as questões das quais as ciências sociais se ocupam a partir da economia política, resultado de sua negação de um papel para a abstração da realidade social que permitiria delimitar o conjunto de fenômenos dos quais se ocuparia a economia política.

Schmoller (1897, p. 54) claramente nega a intenção de construir uma ciência social unitária (*eine Wissenschaft vom ‘gesellschaftlichen Gesamtzusammenhang’*) e afirma que Comte, ao tentar realizar uma única análise de toda a realidade social, recorre a um “ato de fantasia”, já que isso seria completamente incompatível com seu empirismo (SCHMOLLER, 1986b [1895], p. 494). Ele defende que, ao contrário do que pode aparentar

inicialmente, quando fala sobre uma “economia política como ciência social” (*Nationalökonomie als Sozialwissenschaft*), o que ele busca é basear a análise na realidade histórico-social, parte da teoria de Comte com a qual ele concorda:

“E então é também compreensível que quanto mais eticamente e psicologicamente tratadas essas questões, quanto mais baseadas em observação empírica, resulta naquilo hoje chamado de sociologia [*Soziologie*] ou ciência social [*Sozialwissenschaft*]. Portanto, se alguém recentemente estabeleceu a economia política enquanto parte das ciências sociais em geral, o que quer dizer nada mais que uma demanda por uma fundação em estudos da psicologia, ética e filosofia legal.” (SCHMOLLER, 1893, p. 54)

O ponto é então que, enquanto Schmoller vê sua economia política como parte das ciências sociais do modo como Comte a vê (e isso é contraditório, já que Comte via que sua sociologia tornava a economia política dispensável – (SWEDBERG, 1990, p. 10)), seus críticos viam sua economia política como uma busca por se tornar a própria sociologia comteana no que diz respeito ao escopo.

Ainda assim, é possível observar, como apontavam seus críticos, que a ideia de Schmoller era a aplicação do método histórico a todos os aspectos da realidade social é o que permite a construção do conhecimento social, em forma de história cultural. É a única forma possível de se analisar todos os aspectos que influenciam os fenômenos interligados em um organismo social, evitando uma mera apresentação “de um nevoeiro de imagens abstratas sem qualquer realidade” (SCHMOLLER, 1883, p. 247)¹¹.

A separação entre estado e sociedade, com a economia sendo campo da última a partir da análise das ações de indivíduos, também é colocada em xeque exatamente por essa perspectiva holística. Isso é base de alguns autores críticos à tradição histórica, como é o caso do mencionado Dietzel. É a ideia de que o estudo da economia é o estudo da economia nacional, tradição muito difundida pela obra de Friedrich List na primeira metade do século XIX. Para

¹¹ “A analogia pode enfatizar que tanto no corpo quanto na economia a maioria dos processos internos ocorre sem que os órgãos centrais estejam conscientes disso, sem que, no entanto, falte à unidade, assim que necessário, a gestão diretamente dirigida. Mas, mais que uma parábola isso não é [...] É sempre uma questão de entender como é que pessoas com suas necessidades e impulsos inicialmente aparentemente puramente individuais estão crescentemente conectadas a grupos menores e maiores; parcialmente diretamente conectados e parcialmente indiretamente conectados na forma de trocas entre suas economias”. (SCHMOLLER, 1893, p. 13).

Schmoller, não é possível compreender as relações econômicas sem pensar no curso da história que permitiu as relações sociais atuais e sem considerar os aspectos éticos e normativos das ações.

A economia nacional pressupõe a existência de um estado moderno e é uma evolução de outra economia (*Wirtschaft*), definida como

“[...] a epítome ou o círculo fechado de eventos e relações que uma ou mais pessoas coabitantes produziram com seu trabalho, sua influência no mundo externo material, suas trocas com o propósito de sobrevivência, primeiramente com relação a si mesmos e depois com relação a terceiros.” (SCHMOLLER, 1893, p. 9).

Ademais, o ato de economizar representa o esforço de satisfação de necessidades. No entanto, por mais que esse esforço tenha caráter individual, com alguém buscando satisfazer as próprias necessidades, o senso de comunidade está presente até nas economias mais primitivas. É a evolução desse senso de comunidade, de unidade, a responsável pela modificação dos tipos de economia. Autores como Schmoller indicam na modificação da palavra que designa “economia” seu estágio de evolução e de suas organizações (como a passagem de uma economia baseada no núcleo familiar para uma baseada na empresa capitalista).

Organizações econômicas emergem de um senso de comunidade baseado em proximidades espaciais, enquanto relações (marciais ou religiosas) de poder estabelecem relações de trabalho. Quando há a conexão entre essas organizações econômicas e a unidade da sociedade é possível de falar de um corpo social (SCHMOLLER, 1900, p. 2). É nesse sentido que ele mostra a evolução das formas de economia (*Wirtschaft*) enquanto uma evolução do corpo social. Toda economia, não importa seu estágio de evolução, é um conjunto que busca a satisfação total ou parcial das necessidades de seus membros. Além disso, a economia tem à sua disposição bens e capital, o que permite a formação de organizações econômicas. A questão central passa a ser então que a estrutura dessa organização social depende do organismo social ao qual está ligada: Família, Clã, Tribo ou Nação. Esses organismos são as estruturas que determinam as relações de poder e cooperação, dessa maneira influenciando os fins econômicos. No curso do tempo e da evolução cultural, esses organismos se multiplicam e aumentam sua complexidade.

Começando de culturas econômicas primitivas, como clãs e tribos, e depois economias do lar e da família, chega-se ao modo de organização das cidades antigas. Essas são áreas urbanas que agregam mercados e caracterizam as “economias de cidade” (*Stadtwirtschaft*). Essa evolução faz com que as economias individuais se tornem cada vez mais interdependentes. Além disso, isso possibilita o aumento da força de um poder estatal, principalmente por permitir a cunhagem e a criação de leis territoriais, até o ponto onde atinge a forma do estado moderno. Nesse ponto, a organização se torna um organismo social central, característica da “economia do povo” (*Volkswirtschaft*), “economia nacional” (*Nationalökonomie*) ou “economia de estado” (*Staatswirtschaft*) (SCHMOLLER, 1900, p.4).

Sendo assim, e como já dito anteriormente, não é possível, para Schmoller, separar o estudo da economia do estado, tampouco das demais relações sociais. As necessidades individuais não podem ser supridas pelo indivíduo isolado, mas apenas enquanto parte desse organismo, não importa seu estágio de evolução (*Ibidem*, p. 62). A ideia de interdependência das partes de um organismo para a evolução destas partes e do organismo como um todo permeia toda a justificativa da necessidade das questões éticas e históricas no entendimento da sociedade e da economia.

Isso deixa nítido para nós como a análise de Schmoller, mesmo que ele negue ter objetivos iguais ao da sociologia comteana, ainda está embebida em uma ideia de interdependência da realidade social, que dificulta a perspectiva de divisão do trabalho científico que guiará o surgimento da sociologia moderna. Sendo assim, a superação desse método histórico radical¹², como defendida por Weber e outros, foi passo necessário para a consolidação da disciplina na Alemanha. Não por outro motivo, Weber e outros autores fundamentais dessa nascente disciplina são também identificados como ponto de ruptura na tradição histórica da economia política alemã, adotando parte da perspectiva metodológica da economia política britânica e/ou da tradição austríaca, assim como dando centralidade à ideia de neutralidade nas ciências

¹² Mesmo sendo muito influente no período, sua ideia de método já não era unânime, com diversos de seus pares buscando formas de método histórico que absorviam parcialmente contribuições da economia política clássica britânica e mesmo de Menger.

(o qual fora também ponto relevante da crítica de Menger à EHAE durante o *Methodenstreit*).

Conclusão

Este artigo buscou contribuir para a compreensão do contexto de surgimento e institucionalização da sociologia moderna na Alemanha no fim do século XIX a partir da famosa disputa metodológica da economia política: o *Methodenstreit*. Para isso foi necessário apresentar os diferentes conteúdos a que se aplicava o termo no período, fruto de uma transição de uma perspectiva comteana de sociologia para aquilo considerado enquanto sociologia científica.

Da mesma forma, foi importante frisar aquele momento como um momento de defesa do conhecimento social como um todo, enquanto ciência independente das ciências naturais. Para isso, utilizamos a obra de Wilhelm Dilthey, importante filósofo ligado à perspectiva da Escola Histórica, que propunha um distanciamento da filosofia positiva de Comte para a defesa dessa independência.

Com isso, foi possível demonstrar como o debate, normalmente polarizado pela disputa entre indução e dedução, ocorreu em um contexto de modificação do pensamento social que foi crucial para o surgimento da sociologia moderna. Menger baseava sua crítica à escola histórica em uma separação epistemológica dentro da economia política, que implicava em um método abstrato de busca de leis em sua parte teórica, da mesma forma que deveria ser feito em qualquer outra disciplina das ciências sociais ou naturais. Já Schmoller, em acordo com Dilthey, via uma separação epistemológica no conhecimento das ciências naturais e sociais, e, de certa forma próximo a Comte, defendia a interdependência da análise social com seu método histórico.

Sendo assim, mesmo que a sociologia do início do século XX não tenha seguido uma perspectiva de busca por leis similar ao método capitaneado por Menger, a superação da perspectiva holística de Schmoller e da EHAE, buscada pelo autor austríaco, foi parte relevante para o surgimento da sociologia moderna, a superação da desconfiança gerada pela perspectiva

metafísica ligada à forma antiga de emprego da nomenclatura e sua institucionalização.

Referências

ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Alfragide: Dom Quixote, 2010 [1965].

BACKHAUS, Jurgen G. The University as an Economic Institution: The Political Economy of the Althoff System, **Journal of Economic Studies**, v. 20, n. 4/5, p. 8-29, 1993.

BACKHOUSE, Roger. E.; MEDEMA, Steve. G. Defining Economics: The Long Road to Acceptance of the Robbins Definition. **Economica**, n. 76, p. 805-820, 2009.

BANNISTER, Robert. C. Sociology. In: PORTER, T. M.; ROSS, D. **The Cambridge History of Science**, vol. 7: The Modern Social Sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 329-353.

BOCK, M. Auguste Comte (1798-1857) In: KAESLER, D. (Ed.) **Klassiker der Soziologie**: von Auguste Comte bis Alfred Schütz. München: Verlag C. H. Beck oHG, 2006, p. 39-57.

BÖGENHOLD, Dieter. Soziologie des Wirtschaftlichen - Alte und neue Fragen. In: BÖGENHOLD, D. (Ed.) **Soziologie des Wirtschaftlichen** - Alte und neue Fragen. Wiesbaden: Springer VS, 2014, p. 7-27.

BOLLNOW, O. F. **Wilhelm Dilthey**. Encyclopædia Britannica. Encyclopædia Britannica, inc., 15 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/WilhelmDilthey>>. Acessado em: 19/02/2019.

BOUDON, Raymond; CHERKAOUI, Mohamed; ALEXANDER, Jeffrey. **The classical tradition in sociology**: The European tradition. 1997.

BOURDEAU, Michel. Auguste Comte. In: ZALTA, E. N. (Ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2018. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/comte/>>. Acessado em 19 de Dezembro de 2018.

COCKERHAM, William. C. Classical Sociology. **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Health, Illness, Behavior, and Society**, 2013, p. 1-4. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/9781118410868.wbehib_s575>. Acessado em 19 de Dezembro de 2018.

DAHRENDORF, Ralf. **Pfade aus Utopia**: Zur Theorie und Methode der Soziologie. München und Zurick: Piper, 1974.

DAHRENDORF, Ralf. Karl Marx (1818-1893). In: KAESLER, D. (Ed.) *Klassiker der Soziologie: von Auguste Comte bis Alfred Schütz*. München: C. H. Beck oHG, 2006, p. 58-73.

DIETZEL, Heinrich. Theoretische Socialökonomik. In: WAGNER, A. (Ed.) *Lehr- und Handbuch der Politischen Oekonomie*. Hauptabteilung 2, Band 1, Leipzig: Winter'sche Verlaghandlung, 1895.

DILTHEY, W. **Introduction to the Human Sciences**, Princeton: Princeton University Press, 1989 [1883].

GORGES, Irmela. **Sozialforschung in Deutschland 1872-1914: Gesellschaftliche Einflüsse auf Themen- und Methodenwahl des Vereins für Sozialpolitik**. Königsten/Ts: Verlag Anton Hain, 1980.

HENNIS, Wilhelm. The pitiless 'sobriety of judgment': Max Weber between Carl Menger and Gustav von Schmoller — the academic politics of value freedom. **History of the Human Sciences**, v. 4, n. 1, p. 27-59, 1991.

HORWERTH, I. W. Present Condition of Sociology in the United States. **Critical Sociology Review**, v. 3, n. 1, v. 5, p. 16-24, 1895.

IGGERS, Georg G. Further Remarks about Early Uses of the Term "Social Science". **Journal of the History of Ideas**, vol. 20, no. 3, p. 433-436, 1959.

KÄSLER, Dirk. **Die frühe deutsche Soziologie 1909 bis 1934 und ihre Entstehungs-Milieus**. Eine wissenschaftssoziologische Untersuchung. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1984

KÄSLER, Dirk. **Max Weber: an introduction to his life and work**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

KRUSE, Volker. Von den historischen Nationalökonomie zur historischen Soziologie: Ein Paradigmenwechsel in den deutschen Sozialwissenschaften um 1900. **Zeitschrift für Soziologie**, v. 19, n. 3, p. 149-165, 1990.

LEPENIES, Wolf. **Between Literature and Science: The rise of Sociology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

LEPSIUS, M. Rainer. Max Weber und die Gründung der Deutschen Gesellschaft für Soziologie. **Soziologie**, v. 40, n. 1, p. 7-19, 2011.

LESSING, HANS-ULRICH. **Die Idee einer Kritik der historischen Vernunft: Wilhelm Dilthey erkenntnistheoretisch-logisch-metodologische Grundlegung der Geisteswissenschaften**. Freiburg/München: Verlag Karl Alber, 1984.

LICHTBLAU, K. Anfänge der Soziologie in Deutschland (1871-1918). In: MOEBIUS, S.; PLODER, A. (Ed.) **Handbuch Geschichte der deutschsprachigen Soziologie** – Band 1: Geschichte der Soziologie im deutschsprachigen Raum. Wiesbaden: Springer, 2017, p. 11-35.

LUKÁCS, Georg. **The Destruction of Reason**. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1981

MÄKKI, Uskali. Economics Imperialism - Concept and Constraints. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 39, n. 3, p. 251-380, 2009.

MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics**. New York: Palgrave Macmillan, 2013 [1890].

MENGER, Carl. **Die Irrthümer des Historismus in der deutschen Nationalökonomie**. Viena: Alfred Hölder, 1884.

MENGER, Carl. Grundzüge einer Klassifikation der Wirtschaftswissenschaften. **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**, v. 53, n. 1, p. 465-492, 1889.

MENGER, Carl. **Investigations into the method of the Social Sciences with special reference to economics**. New York and London: New York University Press, 1985 [1883].

MILFORD, KARL. Roscher's epistemological and methodological position: Its importance for the *Methodenstreit*, **Journal of Economic Studies**, v. 22, n. 3/4/5, p. 26-52, 1995.

MILFORD, KARL. The Empirical and Inductivist Economics of Professor Menger. In BACKHAUS, J. G. **Handbook of the History of Economic Thought: Insights on the Founders of Modern Economics**, 2012, p. 415-436.

MIKL-HORKE, Gertraude. Auguste Comte und die Anfänge der Soziologie in Österreich. **Grenzenlose Gesellschaft**, p. 36-39, 1999.

MILL, John Stuart. **Auguste Comte and the positivism**. London: N. Trübner & CO., 1865.

MOULIN-STOŽEK, Daniel. The social construction of character. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 49, n. 1, p. 24-39, 2019.

NAU, Heino H. **Eine "Wissenschaft vom Menschen"**: Max Weber und die Begründung der Sozialökonomie in der deutschsprachigen Ökonomie 1871 bis 1914. Berlin: Duncker & Humblot, 1997.

NISBET, Robert A. The French Revolution and the Rise of Sociology in France. **America Journal of Sociology**. V. 49, n. 2, p. 156-164, 1943.

OBER, Josiah. The 'Polis' as a society: Aristotle, John Rawls and the athenian social contract, In: HANSEN, M. H. (Ed.) **The ancient Greek city-state**. Copenhagen: Comissioner, 1993, p. 129-160.

PLESSNER, Helmuth. Der Weg der Soziologie in Deutschland. In **Helmuth Plessner Schriften zur Soziologie und Sozialphilosophie** - Gesammente

Schriften X: suhrkamp taschenbuch wissenschaft, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2003.

REPPLINGER, R. **Auguste Comte und die Entstehung der Soziologie aus dem Geist der Krise**. Frankfurt: Campus Verlag, 1999.

ROBBINS, Lionel. **An Essay on the Nature and Significance of Economic Science**. London: Macmillan, 1932.

ROJAS, Fabio. Sociological imperialism in three theories of the market. **Journal of Institutional Economics**, v. 2, n. 3, p. 339-363, 2006.

SALLEY, C. D. Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey and the German rejection of positivism in Economics. **History of Economic Ideas**, v. 1/2, n. 3/1, p. 81-91, 1993/1994.

SCHMOLLER, Gustav. Zur Methodologie der staats- und sozialwissenschaften. **Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich**, v. 7, p. 975-994, 1883.

SCHMOLLER, Gustav. **Die Volkswirtschaft, die Volkswirtschaftslehre und ihre Methode**. Frankfurt am Main: Vittorio Klosterman, 1893.

SCHMOLLER, Gustav. **Wechselnde Theorien und feststehende Wahrheiten im Gebiete der Staatsund Socialwissenschaften und die heutige deutsche Volkswirtschaftslehre**. Rede bei Antritt des Rectorats gehalten in der Aula der Königlichen Friedrich-Wilhelms-Universität. Berlin: Druck von W. Büxenstein, 1897.

SCHMOLLER, Gustav. **Grundriß der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre**, Bd.1. Leipzig: Duncker & Humblot, 1900

SCHMOLLER, Gustav. Besprechung von Menger, Dr. Karl: Die Irrthümer des Historismus in der deutschen Nationalökonomie. 1884 In: FLIEDER, W.; KARL, R. **Gustav Schmoller**: Kleine Schriften zur Wirtschaftsgeschichte, Wirtschaftstheorie und Wirtschaftspolitik, Leipzig: Zentralantiquariat der DDR, 1986a, Teil 4, p. 333.

SCHMOLLER, Gustav. Besprechung von: Waentig, Dr. Heinrich: Augusto Comte und seine Bedeutung für die Entwicklung der Sozialwissenschaften [1894]. In: FLIEDER, W.; KARL, R. **Gustav Schmoller**: Kleine Schriften zur Wirtschaftsgeschichte, Wirtschaftstheorie und Wirtschaftspolitik, Leipzig: Zentralantiquariat der DDR, 1986b, p. 491-494.

SERBAN, Olah. Thinking at the Interdisciplinary Frontier. An Institutional Analysis. **Annals of the University of Oradea, Economic Science Series**, v. 17, n. 2, 2008.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Indianapolis: Liberty Classics, 1981 [1776].

SPINNER, Helmut F. Althoff and the Changing Constitution of Science: Bureaucratic, Economical or Cognitive? **Journal of Economic Studies**, v. 20, n. 4/5, p. 134-166, 1993.

ŠUBER, D. **Die Begründung der deutschen Soziologie zwischen Neukantianismus und Lebensphilosophie**. Hamburg: Dr. Kovač, 2002.

SWEDBERG, Richard. **Economics and Sociology** – Redefining their boundaries: conversations with economists and sociologists. Princeton: Princeton University Press, 1990.

TURNER, Jonathan H.; BEEGHLEY, Leonard; POWERS, Charles. **The emergence of sociological theory**, Los Angeles: Sage, 2012.

WAGNER, Adolph. Systematische Nationalökonomie. **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**, v. XII, 1886.